

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MARIA FERNANDA PINHEIRO WIRTH

PRIMAZIA DOS DIREITOS HUMANOS NA JURISDIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Teoria da Decisão Judicial
no Garantismo Previdenciário



Rua Itupava, 118 - Alto da Rua XV, CEP 80045-140 Curitiba - Paraná
Fone: (41) 3075.3238 • Email: alteridade@alteridade.com.br
www.alteridade.com.br

Conselho Editorial

Carlos Luiz Strapazzon
Claudia Rosane Roesler
Daniela Cademartori
Fabiano Hartmann Peixoto
Guido Aguila Grados
Ingo Wolfgang Sarlet
Isaac Reis

Jairo Enrique Herrera Pérez
Jairo Gilberto Schäfer
José Antonio Savaris
Marcos Garcia Leite
Luis Alberto Petit Guerra
Paulo Márcio Cruz
Zenildo Bodnar

M217

Maia Filho, Napoleão Nunes

Primazia dos direitos humanos na jurisdição previdenciária: teoria da decisão judicial no garantismo previdenciário / Napoleão Nunes Maia Filho, Maria Fernanda Pinheiro Wirth - 1.ed. - Curitiba: Alteridade Editora, 2019.
204p.; 21cm

1157120

ISBN 978-85-65782-49-4

1. Direito previdenciário. 2. Direitos humanos. 3. Decisão (Direito). 4. Seguridade social. I. Wirth, Maria Fernanda Pinheiro. II. Título.

CDD 344.032(22.ed)
CDU 349.3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Catalogação: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9/626
Capa: William Bernardes Ferreira
Diagramação: Jonny M. Prochnow

SUMÁRIO

Capítulo 1 – INTERPRETAÇÃO JUDICIAL NO DIREITO PREVIDENCIÁRIO	21
1.1 - <i>Magna Quaestio</i> da Justiça e Relação Jusprevidenciária	21
1.2 - Dignidade da Pessoa – Humanidade e Direitos	30
1.3 - Racionalizar a Justiça – Propostas Malogradas	37
1.4 - Superação Legalista – Construtivismo Judicial	44
1.4.1 - Interpretação funcionalista	45
1.4.2 - Interpretação academicista	47
1.4.3 - Interpretação principiológica	49
1.4.4 - Interpretação garantista	53
Referências	61
Capítulo 2 – PRINCÍPIOS NORMATIVOS – PRIMAZIA JUSHUMANITÁRIA	63
2.1 - Força Normativa e Princípios Jurídicos	63
2.2 - Supremacia dos Direitos Humanos e Fundamentais	74
2.3 - Interpretando as Leis Escritas pelos Princípios Constitucionais	78
2.3.1 - Método interpretativo inovador	86
2.3.2 - Macroprincípio Constitucional	89
2.3.3 - Efetivação Constitucional	92
Referências	100

Capítulo 3 – JUSTIÇA ANTILEGALISTA E AÇÃO	
JUSPREVIDENCIÁRIA.....	103
3.1 - Práticas de Desrespeito aos Direitos Fundamentais	103
3.2 - Distância Entre a Lei e os Fatos da Realidade	112
3.3 - Busca Incessante da Justiça pela Via do Processo Judicial ...	117
3.4 - Princípios Constitucionais e Jurisdição Previdenciária	126
Referências.....	140
Capítulo 4 – LIDE PREVIDENCIÁRIA E INTERPRETAÇÃO	
JUSHUMANITÁRIA.....	141
4.1 - A Decisão Jusprevidenciária – Algumas Notas Introdutórias...	141
4.2 - Letra e Espírito da Lei no Pedido e na Pretensão	145
4.3 - Descompasso Axiológico da Lei com a Dinâmica Social	152
4.4 - Direitos Previdenciários, Justiça e Mito da Lei Escrita.....	157
4.5 - Princípios Jurídicos e Lei Escrita na Interpretação	
Garantística	165
Referências.....	170
Capítulo 5 – DIREITOS FUNDAMENTAIS E LIMITES DAS LEIS	
ORDINÁRIAS	173
5.1 - Efetivação da Justiça, Superação do Legalismo.....	173
5.2 - Legalismo Judicial, Verdade e Direito	175
5.3 - Jurisdição Compensatória das Desigualdades Concretas	182
5.4 - Direitos Fundamentais, Leis Escritas e Injustiça	187
5.5 - Normatividade dos Princípios e Interpretação Jusprotetiva	193
5.6 - Análise da Realidade Social e a Filtragem Constitucional	198
Referências.....	203